



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



TRABALHO, TERRITÓRIO E "EXCLUSÃO social": os jovens vulneráveis diante do fracasso da promessa integradora.[1]

Michael Hermann Garcia Teixeira[2]

Marissol Lourenço Hermann Teixeira[3]

Resumo

A pesquisa possui a pretensão de discutir uma tríade em relação à juventude vulnerável: trabalho, território e "exclusão social"; além de não só de conhecer as imagens sobre os jovens que é socialmente projetada e como as políticas setoriais, elegíveis para esse segmento etário, interagem com estas imagens na sua construção. Primeiramente, tal estudo possui como foco de investigação a inserção ou não de jovens pobres residentes na Ilha de Itaparica no contexto da polis, constituída pela região metropolitana de Salvador-BA. A centralidade do trabalho torna-se peça importante para um estudo reflexivo sobre a inserção destes jovens no contexto da polis, da "grande cidade", território por excelência, onde estão contidos os melhores serviços e oportunidades. O outro pólo desse questionamento deve ser levantado e mapeado: qual(is) é a principal(is) iniciativa(s) da esfera pública municipal em termos de políticas voltadas para jovens, bem como tais ações conformam a configuração do território dentro da totalidade, não só do município integrante da região metropolitana, mas também da "grande cidade"; além do evidente fracasso da promessa integradora do 'pleno emprego' para estes jovens, metamorfoseada como o dueto capacitação-empregabilidade.

Palavras-chaves: Juventude, Trabalho, Território, Exclusão social, Promessa integradora.

Abstract

The research has the pretense of discussing a triad in relation to vulnerable youth: labor, land and "social exclusion", in addition to not only know the images on the youth that is designed and how the social sector policies, eligible for this age group interact with these images in your building. First, this study has focused on research or not the inclusion of poor youth living on the island of Itaparica in the context of the polis, consisting of the metropolitan region of Salvador, Bahia. The centrality of work becomes an important piece for reflective study on the inclusion of youth in the context of the polis, the "big city", territory quintessential, which are contained the best services and opportunities. The other pole of this question must be raised and mapped: which one (s) is the principal (s) initiative (s) of the municipal public sphere in terms of policies for young people, and such actions make up the configuration within the whole territory, not only council member of the metropolitan region, but also the "big city"; beyond the evident failure of the promise integrator of full employment for these young people, metamorphosed as the duet employability-training.

Key words: Youth, Work, Territory, Social Exclusion, Promise integrator.

A IMPORTANCIA DA CENTRALIDADE DO TRABALHO PARA OS JOVENS.

Tal concepção se baseia em um equívoco comum, o de considerar trabalho e emprego como sinônimos. Trabalho precede emprego e existe desde o momento em que o homem passou a modificar a natureza. O emprego, termo mais recente, tal conceito surge junto ao início da revolução industrial, que se configura como uma relação relativamente estável e mais ou menos duradoura. Tal relação é estabelecida entre o capitalista e o trabalhador, onde há, dessa forma, um contrato que pressupõe uma relação de subordinação do empregado ao empregador. Segundo Castel (1988) apud Hermann (1997), tal contrato de trabalho tinha, no início do processo de assalariamento, o objetivo primaz de controlar – territorialmente – a mobilidade da força de trabalho.

Antes de discutir sobre a contemporaneidade, deve-se trabalhar sobre os conceitos de trabalho, problematizando-os na contemporaneidade regida sob a égide do capital transnacional. Diferencia-se entre os seres orgânicos e inorgânicos em termos de processos de trabalho devido à composição da práxis. Para Lojkine (1996) citando Lukács, *é somente através do trabalho que se estabelece a relação de primeira ordem, entre o ser orgânico e inorgânico, tendo como pressuposto a práxis social. Daí a centralidade do trabalho no pensamento de Marx e, conseqüentemente, no pensamento de Lukács.* Portanto, a mediação de primeira ordem, entre homem e natureza, determina todas as demais mediações.

A importância do trabalho para o homem é que o mesmo pode ser apropriado por ele e por outros iguais a ele, dando o sentido ao caráter ontológico do ser social, que denota a sua parte criativa e teleológica. O ser humano se realiza através do trabalho devido a necessidade da condição humana que não fica restrita apenas à sua subsistência. Tal ontologia contribui para a formatação do caráter social básica do trabalho, que é o fator identitário, ou seja, a identidade do homem daquilo que ele faz, cria, contribui e é reconhecido pela sociedade (BRAVERMAN, 1987). Como é colocado por Bourdieu (2001) sobre a *"dupla verdade do trabalho"*, onde há a necessidade de realização e sobrevivência através do trabalho. A grande utopia na contemporaneidade tem a haver com a realização do ser social quanto ao seu papel centralizado através do trabalho; relação tênue entre aquilo que o homem deseja e aquilo que o capital quer. Trabalho para o capital – na contemporaneidade – possui um objetivo primaz: inserção ao consumo e a descartabilidade.

Gentili (2008) nos coloca a questão da promessa integradora do dueto educação-trabalho como única solução para os problemas dos jovens ainda sem ocupação profissional e sua inserção na sociedade do consumo. A escola, embora com a função econômica acentuada, não possui a capacidade de reverter tal quadro que está muito além da conjuntura socioeconômica; estruturalmente e inerente aos novos padrões de acumulação, o desemprego – ao mesmo tempo condição geracional e de responsabilidade – é metamorfoseado por uma promessa intrinsecamente privada: a da empregabilidade. Com a característica de ser "empregável", o mesmo jovem é responsabilizado pela sua não-inserção ao mercado de trabalho devido a sua *não-capacitação*. O que o próprio Gentili (2008) nos coloca como é educar em tempos contemporâneos:

Educar para o emprego levou ao reconhecimento (trágico para alguns, natural para outros) de que se devia formar também pra o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla "trabalho/ausência de trabalho" num matrimônio inseparável. (GENTILI, 2008: 89).

Tal citação acima coloca por terra a *teoria do Capital Humano* (SCHULTZ, 1973) exemplificada e materializada em diversos projetos e programas que possui o jovem como ente "elegível": *capacita-se para o desemprego*. O trabalho humano perde sua centralidade alicerçada nos moldes de Keynes e, neste sentido, mesmo assim, é diferente da atividade humana, que não perde o seu teor de criação. E quanto ao trabalho ser produtivo ou improdutivo Com o novo padrão de acumulação balizado pela reestruturação produtiva *a la toyotismo* há uma decrescente aparição do trabalho produtivo, e inversamente proporcional,

crece o trabalho improdutivo – ou melhor dizendo – há uma crescente imaterialidade dentro do contexto do trabalho em toda sua plenitude.

Na contemporaneidade, há uma dicotomia marcante entre os termos trabalho e emprego, onde conclui-se que nem todos os trabalhadores são empregados. Na realidade, se vivencia atualmente uma crise do emprego e não do trabalho. O processo de reestruturação produtiva levou a uma maior automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, além de uma intensa poupança de mão de obra, potencializada pelo incremento tecnológico, e da falência do Estado de bem estar, construída pela sociedade ditamente salarial. O resultado foi a maior flexibilidade dos processos de trabalho e dos produtos e padrões de consumo. Tal cenário acabou por gerar fortes pressões no controle do trabalho, descaracterizando o trabalho organizado. Foram os reflexos desse processo: o desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e retrocesso massivo do poder sindical, além de regime e contratos de trabalho mais flexíveis e a redução drástica do emprego regular. As novas condições do mercado de trabalho reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, dentre eles, a grande parcela dos jovens urbanos. Apesar das diversas críticas feitas em relação à importância e centralidade do trabalho na configuração das relações sociais, o vínculo social pela via do trabalho – representada na maioria das vezes pelo assalariamento e pelo emprego formal – permanece sendo uma realidade concreta. Essa inserção é fundamental na constituição de uma auto-identificação social que faz com que haja um reconhecimento coletivo e a possibilidade de uma ação política.

Tal concepção é percebida entre os jovens. Em sua pesquisa envolvendo jovens do Rio de Janeiro, Castro (2005) mostrou como o trabalho ainda é central em suas falas. Castro (2003) referindo-se a outra pesquisa também indica a importância dada ao trabalho pelos jovens como forma de inserção social. Hermann (2007) discute tal importância da centralidade do trabalho entre a juventude residente na região semi-árida norte-mineira, que é evidenciado nas falas destes jovens como sendo a única alternativa possível de se integrarem no contexto citadino. Como proposta de dissertação, o mesmo autor estudou e analisou como os jovens da Ilha de Itaparica[4] concebem o trabalho nesta perspectiva, e como a mesma pode contribuir para a inserção dos mesmos não só no mercado de trabalho, mas no contexto da cidade.

A CENA CONTEMPORNEA – A INSERÇÃO DO JOVEM AO TRABALHO E AOS DIREITOS NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: REALIDADE OU FICÇÃO

Nesta breve análise é importante discutir alguns tópicos sobre o significado sócio-histórico ocorridas na contemporaneidade, além de seus embates dentro do cotidiano daqueles que buscam a sua sobrevivência dentro deste contexto de acumulação capitalista, e têm sofrido diversas mudanças, e a principal delas é a subcontratação (por terceirização ou pejetização[5]). Observamos na atualidade, muitos profissionais – e no foco deste estudo, sobretudo os jovens, alguns de carreira técnica ou universitária – são contratados como pessoas jurídicas na falsa promessa de uma pretensa independência, porém é uma forma de proletarização passiva já descrita por Antunes (1999), onde há novas filiações entre os trabalhadores subcontratados, temporários e precarizados. Muitos desses jovens elegíveis em diversos projetos sociais de inserção e qualificação para o mercado de trabalho, executados por organizações da sociedade civil local, são “adestrados” a aceitarem o discurso do “empreendedorismo” como uma forma de conseguir certo sucesso no mercado de trabalho, colocando a responsabilidade de seu sucesso ou não em cima dos mesmos. O *velho discurso* da falta de qualificação, principalmente entre os jovens, que integram neste novo exército de subcontratados e precarizados. No último ano – 2008 – dos 24 jovens que passaram pelo “Projeto Nova Terra” – projeto social executado e planejado pela ONG Associação Centro Social Fraternidade Bahiana[6], com sedes em Salvador e em Vera Cruz; 10 foram encaminhados com bolsa para a continuidade de seus estudos ou de formação técnica ou universitária, onde sua primeira inserção foi via subcontratação por terceirização ou por outro fenômeno – por pejetização – onde os mesmos são colocados a se constituírem como pessoas jurídicas como única forma de se inserirem no mercado de trabalho na metrópole baiana. Os demais jovens do projeto já citado, ou não conseguiram colocação no mercado de trabalho formal, ou estão na informalidade. Analisando estes dados, tanto estes jovens, mas o

grosso daqueles que vivem da venda precária de sua forma de trabalho, engrossam as fileiras de trabalhadores periféricos integrais e parciais, longe de ser trabalhadores *centrais*, resguardados de um bem-estar privado (CASTRO, 2003; HARVEY, 1998 e MOTA, 2000).

Vê-se uma regressão naquilo que já foi um projeto societário que estava combatendo o projeto hegemônico sob à égide do capital, fundamentado por todo um processo ideológico neoliberal implementado pelos mecanismos sócio-institucionais de uma nova sociedade – dita pós-moderna. **Sobre as questões contemporâneas essas sobre as funções do Estado e as funções da sociedade civil quanto ao trato das refrações da “questão social”, pode-se dizer que há uma transferência de responsabilidades.** O Estado-Providência, tendo os seus fundamentos sob a perspectiva “beveridgiana”, sendo aquele que dê bem-estar a todos os seus cidadãos, no sentido de resguardá-los, principalmente, em tempos de vulnerabilidade sócio-econômica. As responsabilidades são transferidas para a sociedade civil, para os seus aparelhos privados, que segundo certas concepções “gramscianas”, possuem a finalidade de materializar as demandas da sociedade capitalista, ou seja, as refrações da “questão social” (COUTINHO, 1996 apud, SIMIONATTO, 2009).

O Estado que temos - segundo o que Behring (2003) já citou em alguns artigos - é um Estado de legitimidade formal, ou seja, tudo é formalizado em leis e estatutos, porém longe de se concretizarem de fato. Vive-se em um Estado abstrato em cidadania e concreto em coerção, abandono e descompromisso social, principalmente na periferia latino-americana. O que se presencia é o *transformismo* ocorrido por esses *aparelhos privados da sociedade civil*, que se filiam a serviço da manutenção da hegemonia a favor do grande capital (SIMIONATTO, 2009). Há certos “sincretismos” presente neste discurso sobre a sociedade civil. Podemos mencionar o fenômeno da (re)filantropização, que teve a sociedade civil como principal difusor e - de certa forma - prestador de muitos serviços, de cunho assistencial (antes de tarefa estatal), que reforçam a desresponsabilização do Estado (NETTO, 1990).

Tal pós-modernidade, que separa a objetividade da subjetividade, que retira o caráter político das refrações da “questão social”, materializadas pelas classes subalternas, sobretudo pela classe – que vive – do – trabalho (Antunes, 1995). As expressões ideoculturais – descritas por Simionatto (2009) – colocam em evidência o “*novo homem*” pós-moderno – tal homem como já foi descrito por Gramsci em seu texto “Americanismo e Fordismo”. Este novo “SER” possui um teor elevado de teor de individualismo “negativo” (SENNET, 2000) que desconstrói todo e qualquer sentido de classe social. A sociedade pós-moderna é aquela em que o indivíduo perde a mediação entre a sua singularidade e o contexto da totalidade, isto é, não reconhece e não é reconhecido pela coletividade; não se conhece e não conhece o outro. Não há diálogo e sim uma completa POLIFONIA “sem-sentido”, onde não há consenso fundamentado e sim um dissenso impregnado de transformismos, ou seja, consenso por cooptação (SIMIONATTO, 2009).

NOTAS SOBRE O MÉTODO: JUVENTUDE, A CIDADE E O TRABALHO.

O primeiro ponto a ser estabelecido nestas breves notas sobre o método é o do conhecimento que se parte neste estudo que acerca sobre a cidade, mais especificamente o ponto a partir do qual se pode estabelecer a conexão entre a cidade e seus sujeitos e, particularmente, os jovens pobres. Nesse ponto de partida a cidade é um texto cujo leitor é ao mesmo tempo seu produtor. O jovem, apropriado desta leitura, começa a decifrar os percursos e os territórios do contexto citadino. Nesses percursos é que se realiza o sentido de pertencer ou não à cidade, que é a base de seu direito; a ela e de seus territórios. No exercício cotidiano de decifração o habitante citadino vai conhecendo as fronteiras sociais já materializadas no espaço urbano.

Chama a atenção para o caráter discursivo da cidade, possuindo, segundo Barthes (2004), é que a mesma se constitui, como uma verdadeira e própria linguagem. Como um texto, ela acumula dimensões, concepções e espessuras que se diferem. A cidade em si apresenta as suas desigualdades sociais e recortes muito bem hierarquizados, através das áreas de segregação e de diferentes paisagens que no presente compartimentalizam os sujeitos através de códigos sociomateriais e simbólicos que interditam ou franqueam os espaços que expressam, na maioria das vezes, estratificações sociais muito bem recortadas

e segmentadas.

Metodologicamente, em uma perspectiva e abordagem marxiana, tanto nos dados quantitativos como qualitativos – utilizando da lógica quanti e quali na dimensão dialética – analisou-se não só o contexto socioeconômico destes jovens – ilhéus – mas como os mesmos concebem conceitos como: território, trabalho, cidade e exclusão.

CIDADANIA E JUVENTUDE: O DUETO CONSUMO X EXCLUSÃO SOCIAL.

Os segmentos pobres e subproletários da população urbana têm sido alvo de inúmeros estudos que enfatizam as relações estabelecidas na produção (trabalho) ou outras que tenham algum conteúdo claramente político- como, por exemplo, suas práticas sócio-organizativas. Lógico, sem esquecer da questão da violência, atualmente tão presente nas médias e grandes cidades e, de modo especial, no cotidiano de alguns segmentos bastantes específicos, que se antagonizam. Em relação à juventude urbana pobre, não constata-se uma preocupação em se ampliar o universo de análise e estudo para além de questões relativas à educação, ao trabalho, à sua pretensa "periculosidade" e "delinqüência". Outras dimensões tornam-se essenciais o seu cotidiano, que costumam ser desconsideradas, como se fossem menos importantes ou mesmo dispensáveis à compreensão de seu modo de vida, de sua sociabilidade.

Zaluar (1985) nos sugere que,

(...) o bar, os bailes, o circo, os mutirões, os rituais, as excursões são tão importantes para os segmentos populares, a este rol de práticas sociais acrescentaríamos uma outra que é imprescindível para a análise de uma contradição fundamental (cidadania X exclusão[7]) que perpassa o seu cotidiano, assumindo uma conotação particular em se tratando da juventude pobre: a referente ao consumo.(1994:34)

Tal consumo, é necessário que o mesmo seja despido do rótulo que o classifica como compulsão ou consumismo, fruto de atitudes sem reflexão. Isto porque, em razão do fato de grande parcela da população ser submetida a uma situação do terno processo inclusão- exclusão social, o consumo tende a significar para ela uma possibilidade de "integração" a uma sociedade mais ampla.

Os diferentes tipos de exclusão podem ser classificados como:

- processos de exclusão em si: consistem em: exclusão por estigma; exclusão por não conformidade com as representações coletivas dominantes; exclusão por inadaptação social e exclusão pelo pertencimento a um determinado espaço geográfico (guetos e espaços da não-cidade);
- processos de exclusão induzidos por outros processos: acercam dos processos de exclusão induzidos, que indica como fator básico o desemprego de longa duração, o qual produz uma nova categoria de excluídos, uma vez que o desempregado de longa data (por desalento) perde seu potencial de &39;empregabilidade.

A outra questão a ser analisada diz respeito à confusão que, por vezes, se estabelece entre excluídos e minorias sociais. Oliveira (1994) trata desta necessária distinção, ao afirmar que:

Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contra-sensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas que, apesar de portadores de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável(...) Uma confusão desse tipo, independentemente das discussões de natureza política que enseja, é inaceitável porque os processos de exclusão que afetam os dois grupos não têm nada em comum: nem a mesma origem nem a mesma natureza, além de não se manifestarem da mesma maneira e, com toda evidência, demandarem tratamentos bastante diferentes. (1997:50)

Quando falamos em no dueto inclusão – exclusão socioeconômica, dúvidas nos vêm logo à cabeça: Se os excluídos existem, tal inclusão – exclusão dá-se em relação a quem está dentro e quem está fora. Dentro e fora de quem Estaríamos reeditando, com o conceito de exclusão, antigos dualismos que acreditávamos ter superado. E a juventude neste contexto. E a territorialização como “efeito lugar” ou estigma para os mesmos.

Poder-se-ia, a exemplo do que sugere Oliveira (1997), não proceder-se a uma análise dual e dicotômica, ao compreender que não há “duas ordens de realidade, dos incluídos e dos excluídos, já que ambas são produzidas por um mesmo processo socioeconômico” (embora a funcionalidade dos pobres e miseráveis para o processo econômico deva, hoje, ser colocada em xeque, devido a crescente exponencial do desemprego estrutural). Neste sentido, a (não tão) nova exclusão social não deve ser compreendida tão somente pelo aspecto econômico, posto que também é social e simbólica. Para muitos autores como Oliveira(1997) e Nascimento (1994),

“a nova exclusão consiste na não integração no mundo do trabalho, devido à revolução científico-tecnológica e as conseqüentes reformulações nos processos e relações de trabalho; não-inserção social ou &39;ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários&39; e &39;não- reconhecimento ou negação de direitos&39; levando a uma expulsão da &39;órbita da humanidade&39; (Apud FARIA, 1996: 47)

Discute-se que algumas das dimensões do dueto inclusão- exclusão social. Para Escorel (1994), tal dueto possui cinco níveis: econômico, político, social, cultural e ético. Em relação à juventude urbana tardia e pobre, cada vez mais se constata a dificuldade de sua incorporação pelo mercado formal de trabalho. Diante de um mercado intenso e competitivo, com poucas chances de integração, já que não preenche os requisitos demandados pelo mesmo (CASTRO, 2003). Uma das facetas da dimensão econômica do dueto inclusão- exclusão social. Escorel (1994) refere-se a toda realidade vivenciada pela crescente exponencial das refrações da ‘questão social’, que não só vêm a empurrar um contingente cada vez maior de trabalhadores para fora do mercado formal de trabalho, mas os fazem apelarem para o setor informal da economia ou constituindo um exército subalterno e desqualificado de reserva, sobretudo que vem nos mostrando a cada dia que tais segmentos sobranes são tão supérfluos ou descartáveis, metamorfoseando uma situação que poderia ser conjuntural em estrutural. A descartabilidade torna-se uma categoria a ser discutida, pois o preparo para o emprego e a qualificação – amplamente visualizada e executada em muitos projetos e políticas setoriais voltadas para estes jovens em análise se transforme – segundo Gentili (2008) – um “preparo para a desempregabilidade”, ou seja, um preparo para o **desalento** [8]. Desalento este que prepara o jovem – candidato ao desemprego – a engrossa a longa fila daqueles que integram a faixa do desemprego estrutural. Além disto, há o agravante de, mesmo entre aqueles ainda incluídos no mercado de trabalho, observar-se uma perda do poder aquisitivo, levando-os cada vez para mais perto do limiar que os separa dos denominados excluídos sociais, devida sua venda precária de sua força de trabalho. Sem dúvida alguma, o avanço do neoliberalismo vem provocando uma agudização desta situação, sobretudo se observarmos que ao desemprego, à estagnação salarial (justificada pela pretensa “estabilidade econômica”), à perda do poder aquisitivo se justapõe uma crescente desobrigação do Estado em relação às políticas sociais. Com isto, as leis do mercado passam a gerir a saúde, a educação, a habitação, a previdência, a habitação, o transporte, etc., desencadeando uma exclusão (alguns preferem dizer “recortes desiguais” como Robert Castel) de amplos setores da população do mínimo necessário para sua subsistência, denotando o mínimo social para o mínimo biológico (PEREIRA, 2000).

Esta dimensão socioeconômica do dueto inclusão - exclusão social acaba por atrelar-se à dimensão política, igualmente analisada por Escorel (1994). Para a autora:

A dimensão política da condição de exclusão pode ser observada mesmo sob a vigência da Constituição cidadã de 1988. Esta dimensão se manifesta na manipulação eleitoral, no clientelismo político e até nas próprias condições de miserabilidade que são

Excluídos da esfera decisória e mesmo deixados de ser alvo das intervenções do Estado, a juventude pobre (urbana ou rural) torna-se massa de manobra de grupos políticos (comprometidos aos interesses das elites e do Grande Capital que passam a manipulá-la, bem como à sua família, oferecendo-lhes ou prometendo-lhes pequenos favores ou serviços em troca de votos e apoio. Práticas que já deveriam ter sido banidas do cenário sócio-político brasileiro são reeditadas: o clientelismo, o coronelismo, o mandonismo local.[9] Como exemplos, podemos citar as relações desencadeadas em regiões territorializadas pelo narcotráfico e da contravenção[10].

Nos anos 90 do século XX, relações mantidas entre os residentes de um determinado território dominados por um *estado paralelo*, deixando de ter como base o "pão e a proteção"- como ocorria nos anos de 1980- mantendo-se, agora, pela força das armas, a *patronagem* não deixou de existir totalmente. Esta, talvez, seja uma das condições fundamentais para a reprodução das atividades ilícitas nestas áreas, à medida que, conforme salienta Telles (1991) citando José Murilo de Carvalho, *os mandões locais e coronéis procuram sempre desenvolver um centro urbano que fique na dependência deles, constituindo-se em centro de suas atividades. Agem ou "como fundadores, ou como protetores de cidades que foram suas, no sentido pleno do termo."* tornados não-cidadãos (TELLES, 1991)- ou, na melhor das hipóteses, cidadãos de segunda categoria-, estes segmentos são desqualificados em todos os sentidos, como nos sugere Telles:

Esses são os não iguais, os que não estão credenciados para a existência cívica justamente porque privados de qualificação para o trabalho. São os pobres, figura clássica da destituição. Para eles, é reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo, como enfatiza Aldaíza Sposati, não é elevar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria. Esse é o lugar dos não direitos e da não-cidadania. É o lugar no qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda a que o indivíduo tem acesso não pela sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. (TELLES, 1991: 8)

Esta dita não-universalização de direitos sociais resulta em um antagonismo, dentro do contexto social brasileiro, diferentes recortes, segmentos e classes societárias. De um lado, há, entre os grupos incluídos, uma luta pela manutenção de direitos e privilégios, noção de cidadania definida como privilégio de classe (Telles, 1991), por outro lado, constata-se uma exclusão radicalizada da cidadania de outros recortes. Este seria o exemplo mais claro do que denominou "cidadania partida". (SCOREL, 1994).

Os jovens pobres são cada vez mais afastados da esfera pública, impedidos de manifestarem suas demandas e de serem reconhecidos como indivíduos sociais e coletivos. Não podem circular pelos espaços públicos da cidade – território por excelência – sem que despertem o medo, a desconfiança por parte dos "efetivos cidadãos".

O caos instaurado no mundo urbano – sobretudo na realidade soteropolitana – faz com que, cada vez mais, se constate uma tendência a se expulsar os segmentos mais pobres da população para áreas segregadas do espaço urbano (segregação induzida) e à adoção de estratégias de auto-segregação por parte dos segmentos mais abastados. Os condomínios de médio-alto luxo e *shoppings-centers* denotam como tentativas que extrapolam a questão da exclusividade social; poder-se-íamos dizer que são alternativas ao contato ou contágio em relação a um segmento societário perigoso e ameaçador. O verbete "segurança" torna-se outra categoria presente a ser analisada, que estar se metamorfoseando do âmbito público para o privado.

Depara-se, assim, com a dimensão cultural e ética da exclusão social, dimensão esta que abarca a construção de uma série de estereótipos em relação à pobreza e à juventude pobre, como por exemplo, a

referente à associação entre o funk (uma de suas formas de manifestação cultural) e a violência. De dignos de pena ou indiferença, são os jovens pobres, hoje, alvos do medo e objetos de eliminação, em alguns casos. (SCOREL, 1994). Para Telles, *"aquí a pobreza é transfigurada em questão de segurança pública nas imagens ameaçadoras da convulsão social e da criminalidade urbana que reclamam a ação punitiva e repressiva do Estado"*. (1991-10).

Na qualidade de socialmente ameaçadores, os segmentos pobres (ou excluídos) podem ser eliminados - e é esta a lógica que perpassa episódios do tipo Candelária e Vigário Geral (RJ), Carandiru, favela Naval-Diadema (SP), Caso Galdino (DF), Mussurunga e Itaparica (BA), dentre outros, só para mencionar os fatos mais recentes e que "chocaram" a opinião pública.[11] Mas, fora estes atos de barbárie, nosso cotidiano é prenhe de exemplos tão ou mais grotescos e que se acaba por banalizar, tornar triviais e cotidianos. Em alguns casos, até se sente compaixão (colocando-nos, assim, numa situação de superioridade frente ao alvo de sentimento em comum.

Os excluídos são desgarrados de sua condição humana, animalizados, vilipendiados de sua humanidade. A dimensão desumanizadora da exclusão social é naturalizada e banalizada, e visões como dormir ao relento, comer restos ou "reciclados", não ter trabalho, são colocados na ordem privada dos sujeitos sociais.

Neste sentido, o dueto inclusão- exclusão social é a expressão complexa de desigualdades extremas e recortes profundos em todos estes âmbitos (SCOREL, 1994). Em uma sociedade periférica, como a brasileira, onde grande parcela da população sobranse é colocada numa situação de recorte social que acaba por inviabilizar a vivência da condição de cidadania, tal como fora pensada por Thomas Marshall- direitos civis, políticos e sociais-, talvez o consumo seja a prova mais cabal da sua "resistência" e tentativa de vivência do espaço do cidadão, de circulação pelo espaço público.

Canclini (1995) nos coloca que teremos que analisar o termo *consumo* , enquanto ente necessário ao exercício pleno da cidadania, à medida em que consumir também é um ato sociopolítico.

Aliando e relacionando a cidadania com o exercício do consumo significa demonstrar que, num mundo globalizado, a simples remissão a direitos (muitas vezes no campo do abstrato que do concreto) seja incapaz de transformar homens em cidadãos plenos. Isto significa dizer, por exemplo, que, nos dias contemporâneos, não se pode pensar a cidadania só e a partir da ótica jurisdicional, como valores abstratos definidos pelo Estado-Nação. Até porque ele próprio - o Estado-Nação- *" nos tempos da sociedade global, modifica-se mais uma vez, mas agora radicalmente. Pouco a pouco, ou de repente, transforma-se em província da sociedade global."* (IANNI, 1994). Se, conforme nos indica Ianni,(1994) *"começou o requiem pelo Estado-Nação"* (1994: 82), não poderia ser diferente em relação ao modelo de cidadania que ele coloca. A Nação não possui habitantes-cidadãos e sim habitantes-consumidores.

Para Marshall, a cidadania não se limita à participação política. Ela possui "uma maior abrangência semântica". (BORGES, 2008). Constata-se que a partir do século XVIII, uma ampliação da noção, incluindo os direitos civis (séc. XVIII), políticos (séc. XIX) e sociais (séc. XX). No século XX, a igualdade a ela inerente acaba por confrontar-se com o modo de acumulação capitalista, fundado na desigualdade e na superexploração, demonstrando que sua plenitude dificilmente pode vir a ser alcançada ou, quando muito, só pode ser alcançada por muito poucos, o que antagonizaria cidadãos X não cidadãos numa só sociedade, não só em aspectos socioeconômicos como também socioterritoriais.

No que tange aos direitos sociopolíticos, coloca-se que uma das garantias colocadas diz respeito à possibilidade da população fazer-se representar pelos parlamentares eleitos, de modo que seus interesses e demandas mais urgentes e legítimos sejam garantidos. Com raras exceções, o que têm-se observado por parte dos políticos são atitudes corporativas, sectárias, comprometidas com os setores dominantes, aliados aos projetos de desenvolvimento atrelados ao Grande Capital. Diante disto, constata-se que são os meios eletrônicos de comunicação - ou a mídia tecnológica - que, de uma forma ou de outra, têm conferido aos diferentes segmentos excluídos nos recortes desiguais da sociedade.

Sobre isto, afirma Canclini:

"Os meios eletrônicos que fizeram irromper as massas populares na esfera pública foram deslocando o desempenho da cidadania em direção às práticas de consumo. Foram estabelecidas outras maneiras de se informar, de entender as comunidades a que se pertence, de conceber e exercer direitos (...) A cena da televisão é rápida e parece transparente; a cena institucional é lenta e suas formas (precisamente as formas que tornam possível a existência de instituições) são complicadas até a opacidade que gera o desespero." (1995:26)

Tais reflexões talvez sirvam para nos fazer compreender a razão de ser da mídia televisiva, dentre os eletrodomésticos, aquele que exerce o posto centralizador que molda comportamentos e opiniões na vida das pessoas comuns, segundo indicadores do PNAD de 1996, amparados em dados levantados, de 1993 a 1995, entre 102.787 domicílios brasileiros, nas diferentes regiões do Brasil. A mídia, como as tecnologias, são apropriadas e agregadas primeiramente pelos "donos" do discurso ideológico, que fazem o papel de um agente exponencialmente maximizado da superestrutura, que auxilia na manutenção da acumulação capitalista vigente.

Retornando à retórica sobre a questão da cidadania plena enquanto também acesso e exercício de direitos sociais e políticos, é fácil constatar-se ser esta dimensão igualmente influenciada pelo consumo. Possuir o acesso a uma rede de prestações de serviços sociais e de saúde eficazes, a uma escola de qualidade, significa, na realidade, ter poder de compra, à medida que o que deveria ser direito, transformou-se em mercadoria. As políticas sociais, antes salários indiretos contra a pauperização da classe trabalhadora, estão cada vez mais setorizadas e focalizadas, tornando-se pontuais e ineficazes, não são capazes de corresponder às necessidades básicas e urgentes da população sobrando. Também deve-se pensar no aspecto da privatização da cultura e do lazer para os segmentos mais pobres. Observa-se que no que concerne ao consumo de bens culturais e lazer, também pode ser notado quando nos remetemos à moradia, aos espaços de consumo, à vivência do mundo urbano. Cada vez mais as pessoas cultuam e constroem os espaços privativos da vida. Quando se recolhem nos condomínio de luxo com toda sua auto-suficiência, de onde não se precisa sair para ir à farmácia, ao mercado, ao clube, à academia de ginástica, passando pelos bailes de comunidade ocorridos em regiões mais pobres, chegando aos templos de consumo- os *shoppings centers*- que tendem a incorporar funções antes detidas pelo centro das grandes cidades.

É a cidade dentro da "cidade", ou a "*cidade por excelência*" rodeadas pelos territórios caracterizados como "não-cidades". A outra questão que se pode levantar diz respeito ao aspecto de, nestes espaços de consumo, e mesmo em outros espaços públicos que se privatizaram, a frequência por parte dos jovens pobres- tanto visando o consumo, quanto o lazer e a cultura- dar-se em grupo. Isto talvez os torne ainda mais ameaçadores, podendo aparecer aos olhos do restante da sociedade, como a possibilidade de arrastão, saque, baderna, roubo, etc.. Coloca-se, assim, a "prevenção" como uma necessidade: policiamento ostensivo nestes espaços públicos, mas que pertencem à "cidade por excelência".

Não há só trabalho, violência e alienação entre os jovens pobres e desiguais. Há cultura, lazer, consumo, projetos de vida, participação cívico-sociopolítica, denotando espaços de possíveis problematizações e vínculos de interesses. Espaços tão necessários à compreensão de sua sociabilidade e ao entendimento e formulação das estratégias que se utilizam enquanto resistência e demonstração de que não querem só comida: *querem comida, felicidade e ballet.*

OBSERVAÇÕES FINAIS

A imagem projetada sobre os jovens pobres, que possuem uma realidade periférica e diferenciada do

contexto da metrópole, é marcada permanentemente por um potencial perigo. As políticas sociais voltadas para esse segmento são direcionadas muito mais para as imagens que os jovens projetam do que para suas reais demandas de inserção na vida societária. A repercussão pela mídia, muito mais acelerada em relação aos eventos ocorridos no centro da cidade, produz uma imagem do jovem, ente responsável pela perturbação da ordem do espaço urbano, que é muito mais mobilizante e provoca uma resposta de maior intensidade da opinião pública, forçando a ação do Estado. Os programas funcionam muitas vezes como elementos de territorialização do jovem em seu bairro ou região, afastando-o do centro e propiciando a ele apenas uma circulação funcionalizada neste espaço. Assim, atende-se a pressão da opinião pública sobre o controle urbano. Tal dissertação tem a pretensão de observar e verificar até que ponto tais políticas contribuem para este fenômeno já descrito. O desafio maior deste estudo preliminar é não somente levantar a importância da centralidade do trabalho para a entrada de uma grande parte deste segmento etário no mundo do trabalho formal e no espaço da polis; mas também investigar o quanto a política social, no âmbito da realidade baiana contribui ou não para a produção de territórios na totalidade da cidade, principalmente para os jovens pobres residentes nas áreas periféricas.

Os jovens, isolados em seus locais de moradia, não são objeto de interesse e materialidade das políticas sociais locais. Em seus territórios de moradia marcados pelas desvantagens, os jovens são considerados invisíveis, integrados a um ambiente permanentemente desvalorizado, pois não causam estranheza e nem são alvo de controle público, que só se acentua na questão da "segurança pública", protegendo a "cidade" dos territórios da "não-cidade".

À medida em que se afastam destes territórios, passam a serem visíveis por conta de suas desvantagens, profundamente marcadas por sua origem socioterritorial. Finalizando o raciocínio, não é possível esquecer que as próprias políticas sociais reforçam tais concepções e imagens já existentes que circulam na vida societária. Mas, também, não é possível desconhecer a conexão entre políticas e pressões sociais, principalmente as de origem subalterna. Dentre elas a questão do controle do espaço da cidade é de fundamental importância. O controle dos jovens – pobres e perigosos – e de sua circulação na metrópole são pautas importantes para os responsáveis não só pela formulação das políticas setoriais verticalizadas, mas pela segurança pública.

A produção de territórios para os jovens das periferias urbanas objetiva, dentro do espaço físico, os antagonismos societários e também produz impactos na vida destes sujeitos. Esses territórios, marcados pela falta de recursos e equipamentos coletivos, pela precariedade, ou mesmo falta, do transporte público, pelo ambiente construído degradado, os marca de forma sensível em suas poucas possibilidades de acesso aos bens da cultura e da cidadania, criando um circuito de homogeneidade, e ao trabalho, condenando-os a uma experiência de fracasso individual e coletivo, menos valia e invisibilidade social.

Termina-se com o seguinte pensamento: O jovem – *usando a metáfora da história de Prometeu* – tem o mesmo ímpeto de conquistar o fogo! Perguntá-se então: "E aí O que faço com este fogo" Uma questão a ser respondida por muitos projetos, programas e políticas públicas elegíveis para esta juventude, à deriva na desempregabilidade (LANDES, 1994).

Referências BIBLIOGRÁFICAS E HOMEGRÁFICAS.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho (Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho)**, Ed. Boitempo, São Paulo, 5ª ed., 1999.

_____. (2002ª) **Adeus ao Trabalho Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**, Ed. Cortez/Ed. Unicamp, São Paulo, 8ª edição).

BARTHES, R. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BEHRING, E.R. **Política Social no Capitalismo Tardio**. 2º ed. São Paulo: Cortez Ed., 2002;

- BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo**, Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2003.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital monopolista**. Ed. Guanabara Koogan, SP, 1987.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro, ed. Revan/UFRJ, 1995.
- CASTRO, L.R. **A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.
- ESCOREL, S. **Exclusão social e saúde**. Saúde em Debate, nº 43, junho de 1994.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo, Studio Nobel, 1995.
- GENTILI, P. **A Educação para o desemprego; a desintegração da promessa integradora**. In: FRAGIOTTO. G. (org.) Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século; Ed. Vozes, Petrópolis- RJ, 2008.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Edições Loyola, SP, 1993.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. Ed. Annablume, SP, 1998.
- HERMANN, M. **Os percursos da desigualdade: a inserção da juventude do semi-árido norte-mineiro no mercado de trabalho subalterno**. Anais do X SEMOC – Seminário de Mobilização Científica – UCSal: Salvador-BA, outubro de 2007.
- LANDES, D. , **Prometeu Desacorrentado**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- LOJKINE, J. **A Revolução Informacional**, Ed. Cortez, São Paulo, 1995.
- MARX, K. **Capítulo VI, inédito**, Ed. Ciências Humans, São Paulo, 1978.
- MENDES, S.M.O , TEIXEIRA, M.H.G. **Relatório da I Conferência Municipal Contra Discriminação**. AMAC-DPS/PJF, Juiz de Fora/MG, Fevereiro/2003.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002.
- MOTA, A.E. **A Cultura da Crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Apostila do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. CEAD/UNB, Brasília-DF, 2009.
- NASCIMENTO, E. P. **Hipótese sobre a nova exclusão: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. Caxambu, Anpocs, 1994. Mimeo
- NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. Cortez Editora, 4ªed., 1998.
- OFFE, C. **Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental**, Trabalho & Sociedade, Vol. I, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.
- OLIVEIRA, L. **Os excluídos & "existem"** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, ano 12, fevereiro de 1997.

PEREIRA, A.P.P. , **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. Cortez Ed., 2ª edição, São Paulo, 2002.

POCHMANN, M., AMORIM, R. (orgs.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil**, 2ª ed. Cortez Ed., São Paulo, 2003.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Boitempo editorial, SP, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra Globalização**. Editora Record, SP, 2000.

_____. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça- a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1987.

SCHULTZ, T. , **O capital humano. Investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1973.

SENNET, R. **A Corrosão do caráter**. Ed. Record, SP, 2002.

SIMIONATTO, I. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política**. Apostila do Curso de Pós-Graduação em Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais. CEAD/UNB, Brasília-DF, 2009.

SPOSATI, A, FALCÃO, M.C. **A assistência social brasileira: Descentralização e municipalização**. Educ-PUC/SP, 1988.

TELLES, V.S. **Questão social e cidadania**. Caxambu, XV Encontro Anual da ANPOCS, 1991 (mimeo).

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro:Revan, 2003.

YASBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social** .Cortez ed. 3ªed.São Paulo, 1999.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo, Escuta, 1994.

_____. **Condomínio do diabo**. Rio de janeiro, REVAN:UFRJ, 1994.

_____. **A máquina e a revolta- as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

[1] O presente trabalho foi parte da construção do projeto de pesquisa e extensão que teve parcerias da UCSAL (Universidade Católica do Salvador) e da Faculdade UNIME Salvador, sob a chancela do NEPSSI – Núcleo de Estudos sobre Serviço Social e Interdisciplinaridade, coordenado pelo autor entre 2009 a 2011. Trabalho de referencial teórico oriundo da discussão do livro "*Prometeu Desacorrentado*" de autoria de David Landes (1994) nos grupos de estudos do NEPSSI.

[2] Assistente social graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, Pós-graduado em Violência Doméstica e Urbana com ênfase no atendimento às vítimas crianças e adolescentes, e aluno do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe. Já foi docente e coordenador acadêmico e de extensão de duas unidades da UNIME (Salvador e Itabuna, Estado da Bahia). Atualmente é tutor do Centro de Educação à Distância – UFS.

[3] Graduada em Medicina pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, além de possuir Residências em Psiquiatria (Hospital Juliano Moreira-SESAB) e Infectologia (Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – UFRJ). Aluna regular do Mestrado em Saúde e Ambiente da Universidade Tiradentes-SE, além de ser

docente do curso de Medicina da mesma IES.

[4] Os municípios da Ilha de Itaparica – Itaparica e Vera Cruz – fazem parte da região metropolitana da capital baiana.

[5] Contrato flexível para pessoas jurídicas, sem a devida contrapartida dos benefícios trabalhistas.

[6] A ONG possui mais de três décadas de existência e iniciou os seus trabalhos em duas frentes: uma na perspectiva de trabalhar com os jovens da periferia de Salvador-BA (sobretudo no bairro de Bom Juá e comunidades adjacentes), e outra, com as famílias de agricultores e pescadores da comunidade de Jureana, situada no município de Vera Cruz-BA – um dos municípios que integram a Ilha de Itaparica. Atualmente a ONG ampliou os seus trabalhos com os jovens da Ilha de Itaparica como demanda posta pela própria comunidade local, devida a ausência de políticas e projetos sociais capitaneados pelo poder local.

[7] O termo exclusão social tem sido, sobretudo nos anos 90, comumente utilizado tanto no meio acadêmico, como nos meios de comunicação . Tal difusão, contudo, não tem significado uma precisão quanto à sua definição, ocasionando uma série de dúvidas e ambigüidades toda vez em que é referido.

[8]

[9] Presencia-se tais práticas na localidade de estudo e análise da dissertação – Ilha de Itaparica(BA).

[10] É o caso, ainda, de áreas igualmente tornadas como territórios dos banqueiros do jogo de bicho e pelas milícias e grupos de extermínios.

[11] Eliminados por grupos de extermínios.